

Centenário da Ordem dos Advogados em Lisboa

12 de junho de 2026 · Lisboa

João Massano

Bastonário da Ordem dos Advogados

Muito boa tarde a todos.

Muito obrigado pela vossa paciência. Sabemos que esta cerimónia já vai longa.

Começo por cumprimentar a Senhora Ministra da Justiça, Dra. Rita Alarcão Júdice, e, na sua pessoa, todas as entidades e todos os convidados aqui presentes.

Senhora Ministra, é um gosto poder contar com a sua presença e ter o Ministério da Justiça representado por Vossa Excelência nesta cerimónia.

Muito obrigado.

Celebramos hoje uma data verdadeiramente excecional.

Há exatamente cem anos, no dia 12 de junho de 1926, nascia a Ordem dos Advogados.

Nesse primeiro ano, éramos 1720 Advogados.

Hoje, só na região de Lisboa, existem cerca de dez vezes mais.

A nível nacional, somos perto de 36 mil, mais coisa, menos coisa, consoante as naturais flutuações das inscrições.

Cresceu o número.

Mas a missão é a mesma.

E será sempre a mesma.

Um século depois, reunimo-nos para celebrar não apenas uma instituição, mas uma história coletiva de serviço à Justiça, de defesa da liberdade e de compromisso permanente com Portugal.

Poucas instituições portuguesas podem afirmar que acompanharam, de forma tão próxima e tão intensa, as grandes transformações políticas, sociais e económicas do nosso País ao longo de um século.

A Ordem dos Advogados atravessou ditaduras e democracias.

Atravessou guerras e crises.

Revoluções e reconstruções.

Acompanhou diferentes gerações, diferentes visões do mundo e diferentes formas de exercer o Direito.

Mas nunca perdeu a sua razão de ser:

A defesa dos direitos dos cidadãos.

A defesa da Justiça.

A defesa da liberdade.

Cem anos podem parecer apenas um marco cronológico.

Mas, na vida de uma instituição, representam algo muito mais profundo.

Representam sucessivas gerações de mulheres e homens que dedicaram o seu talento, o seu conhecimento e, muitas vezes, a sua coragem à defesa dos direitos dos outros.

Representam uma comunidade profissional que soube adaptar-se à mudança sem renunciar aos seus princípios fundamentais.

Representam uma herança.

Uma responsabilidade.

E uma promessa.

Ao longo deste ano, percorremos o País para assinalar este Centenário.

E continuaremos a percorrê-lo.

Celebramos a história da Ordem.

Celebramos os Advogados.

Celebramos a Justiça.

Hoje celebramos uma instituição centenária, mas celebramos, sobretudo, uma ideia.

A ideia de que nenhuma sociedade pode ser verdadeiramente livre se não existir quem esteja disposto a defender os direitos dos outros.

A ideia de que nenhuma democracia pode sobreviver sem uma Advocacia livre, independente e corajosa.

A ideia de que a Justiça não é um privilégio de alguns, mas um direito de todos.

Esta ideia continua hoje tão atual como era há cem anos.

E continuará a sê-lo nos próximos cem.

A Advocacia portuguesa é, naturalmente, muito mais antiga do que a própria Ordem dos Advogados.

As suas raízes confundem-se com as raízes do próprio Estado, remontando às Ordenações do Reino.

A criação da Ordem dos Advogados, em 1926, representou, porém, um momento fundador.

Pela primeira vez, a Advocacia passava a dispor de uma instituição própria, autónoma e representativa, destinada a organizar a profissão, a defender a sua dignidade, a assegurar o cumprimento dos seus princípios éticos e a proteger os cidadãos através da garantia de uma Advocacia independente.

Os fundadores da Ordem, que já foram aqui recordados, compreenderam que a confiança dos cidadãos na Justiça depende, em grande medida, da existência de profissionais capazes de exercer a sua missão sem dependências, sem condicionamentos e sem receios.

Ao longo destes cem anos, a Ordem foi-se transformando para acompanhar as exigências de cada época.

Mas nunca, nunca abandonou a sua missão.

Por isso, ao celebrarmos o Centenário, não celebramos apenas a longevidade de uma instituição.

Celebramos a permanência de uma missão.

Uma missão que atravessou diferentes gerações, contextos políticos e desafios históricos, mantendo sempre o mesmo compromisso com a liberdade e com a Justiça.

Uma sociedade em que os Advogados não são livres é uma sociedade em que os cidadãos também não o são.

Foi esta a convicção que atravessou todo o primeiro século de vida da Ordem.

Ao longo destes cem anos, a Ordem cresceu com Portugal.

Participou na construção das instituições modernas.

Acompanhou a evolução do sistema judicial.

Defendeu a autonomia da profissão.

Promoveu a formação jurídica.

E afirmou-se como uma voz relevante na defesa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais.

Houve momentos em que a liberdade foi limitada.

Momentos em que o exercício dos direitos fundamentais foi restringido.

Momentos em que a defesa exigiu coragem.

Houve momentos em que a democracia se afirmou e outros em que esteve ausente.

Nesses períodos, muitos Advogados colocaram o Direito ao serviço da liberdade e da dignidade humana.

Não o fizeram por interesse.

Não o fizeram por conveniência.

Fizeram-no porque compreenderam que a Advocacia é muito mais do que uma profissão.

É uma responsabilidade cívica.

Um compromisso ético.

Uma missão de serviço público.

É precisamente essa herança que nos obriga a olhar para o presente com um profundo sentido de responsabilidade.

Foi esta convicção que guiou sucessivas gerações de Advogados e permitiu à Ordem afirmar-se como uma das instituições mais respeitadas da sociedade portuguesa.

Foi essa convicção que nos trouxe até aqui.

E foi essa consciência que permitiu à Advocacia portuguesa desempenhar um papel relevante na defesa da democracia.

A Advocacia ocupa um lugar singular na nossa sociedade.

Representa uma escolha coletiva:

A escolha pela liberdade.

Pela dignidade.

Pela igualdade.

Pelo Estado de Direito.

O artigo 20.º da Constituição garante o acesso ao Direito e à tutela jurisdicional efetiva.

O artigo 32.º consagra o direito de defesa como uma das mais importantes garantias do processo penal.

E o artigo 208.º reconhece expressamente aos Advogados um papel essencial na administração da Justiça.

Por isso, sempre que defendemos a independência da Advocacia, não estamos a defender interesses corporativos.

Estamos a defender a democracia.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Vivemos um tempo de profundas transformações.

As mudanças tecnológicas sucedem-se a um ritmo sem precedentes.

A inteligência artificial está a alterar a forma como trabalhamos, comunicamos, aprendemos e tomamos decisões.

As redes sociais transformaram radicalmente o espaço público.

Os algoritmos influenciam, cada vez mais, aquilo que vemos e a forma como compreendemos o mundo.

Ao mesmo tempo, assistimos ao crescimento da polarização política, ao enfraquecimento da confiança nas instituições e ao aparecimento de discursos que colocam em causa princípios que, durante décadas, julgámos definitivamente adquiridos.

Em diversas democracias ocidentais, observamos tensões institucionais, ataques à independência dos tribunais, questionamentos das garantias fundamentais e uma tendência crescente para simplificar problemas complexos através de respostas fáceis e imediatas.

A História ensina-nos, porém, que as democracias raramente desaparecem de um dia para o outro.

Normalmente, enfraquecem lentamente.

Enfraquecem quando os cidadãos deixam de confiar na Justiça.

Enfraquecem quando os direitos fundamentais passam a ser vistos como obstáculos.

Enfraquecem quando a independência das instituições é colocada em causa.

Enfraquecem quando o poder deixa de aceitar limites.

Enfraquecem quando a verdade deixa de importar.

É precisamente nestes momentos que a Advocacia se torna indispensável.

Porque o Advogado é, por definição, um defensor dos limites do poder.

Um defensor da liberdade, mesmo quando essa defesa não é popular.

Mesmo quando é difícil.

Mesmo quando exige coragem.

Mesmo quando significa defender setores da população que não são populares.

A qualidade de uma democracia revela-se na forma como protege os direitos de todos.

Incluindo daqueles com quem não concordamos.

Daqueles que são mais vulneráveis.

Daqueles que a opinião pública condenou antes de os tribunais se pronunciarem.

É aí que a Advocacia revela toda a sua importância.

Os desafios do nosso tempo não são apenas políticos.

São também tecnológicos.

Num mundo cada vez mais dominado por algoritmos, torna-se essencial preservar aquilo que nenhuma máquina consegue reproduzir plenamente:

O julgamento ético.

A empatia.

A compreensão da complexidade humana.

A ponderação dos valores em conflito.

Num tempo em que a velocidade da informação favorece julgamentos instantâneos, o Advogado continua a representar a defesa da ponderação, da prova e do contraditório.

A tecnologia transformará profundamente a Advocacia.

Não tenho qualquer dúvida disso.

Mas nenhuma tecnologia poderá substituir aquilo que constitui a essência da nossa profissão:

A capacidade de compreender pessoas.

De interpretar contextos.

De ponderar valores.

De exercer um julgamento ético.

O futuro não poderá ser menos humano.

Terá de ser ainda mais humano.

Quanto mais avançada for a tecnologia, maior será a necessidade de preservarmos a essência da nossa profissão.

A Advocacia terá de evoluir.

Terá de incorporar novas ferramentas e dominar novas competências.

Mas não poderá abdicar daquilo que constitui a sua razão de ser: a defesa da pessoa humana.

O futuro da Justiça será necessariamente tecnológico.

Mas deverá continuar a ser profundamente humano.

Temos, por isso, de olhar para o futuro.

Temos de refletir sobre aquilo que queremos para a nossa profissão.

Temos vindo a preparar esse futuro e, ao longo do último ano, apostámos numa profunda modernização da Ordem dos Advogados.

Investimos na transformação digital da instituição.

Criámos novas ferramentas de comunicação e de proximidade com os Advogados.

Lançámos um novo portal de formação, destinado a reforçar a qualificação profissional e a facilitar o acesso ao conhecimento jurídico.

Promovemos a simplificação de procedimentos internos.

Reforçámos a presença institucional da Ordem junto dos órgãos de soberania e das entidades responsáveis pela administração da Justiça.

Apostámos na literacia jurídica.

Promovemos o Acesso ao Direito e a consulta jurídica.

Temos trabalhado para aproximar a Ordem dos Advogados e dos cidadãos.

Neste âmbito, e como exemplo concreto do trabalho que estamos a desenvolver, partilho convosco uma notícia muito recente.

A integração do sistema de autenticação da Ordem dos Advogados com a Chave Móvel Digital está concluída e plenamente operacional.

O sistema encontra-se em funcionamento há 24 horas, sem que tenha sido reportado qualquer constrangimento.

Fica, assim, concluído o projeto de integração da Ordem dos Advogados com a Agência para a Reforma Tecnológica do Estado nas suas três vertentes:

A certificação dos atributos profissionais;

A disponibilização da cédula profissional na aplicação ID.gov;

E, agora, a autenticação através da Chave Móvel Digital.

Esta integração permitirá, acreditamos, o acesso dos Advogados aos serviços públicos através do ecossistema da Ordem dos Advogados.

Aproveito para elogiar a aposta que tem vindo a ser feita pelo Governo nesta área e a colaboração que temos mantido.

Esta tem sido uma reivindicação nossa desde que tomámos posse e acreditamos que, com o apoio do Governo, poderá concretizar-se plenamente em breve.

Importa também recordar que este projeto foi parcialmente financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

Sim, a Ordem dos Advogados também se candidatou a fundos do PRR, conseguiu obtê-los e utilizou-os para financiar parte deste investimento.

Pretendemos, desta forma, reforçar a segurança e simplificar o acesso, tanto aos serviços da Ordem como àqueles que assegurarão a futura interoperabilidade com as plataformas da Justiça e da Administração Pública.

Anuncio igualmente que, na próxima semana, lançaremos o concurso para o novo SINOA.

Trata-se de um grande investimento do Conselho Geral, no valor aproximado de 350 mil euros, destinado a melhorar este sistema indispensável ao funcionamento da Justiça.

Procuramos, em suma, afirmar uma Ordem moderna, aberta e preparada para os desafios do século XXI.

Uma Ordem mais acessível e mais próxima dos seus membros.

Neste ano do Centenário, foi também possível retomar um caminho que consideramos particularmente importante para o futuro da Advocacia portuguesa.

Refiro-me ao estabelecimento de relações mais próximas com os países de língua oficial portuguesa.

Destaco, em particular, o relacionamento com a Ordem dos Advogados do Brasil, que tem vindo a ser progressivamente restabelecido e que inclui já a cooperação na área da formação.

Partilhamos uma língua e uma herança cultural.

Temos de aproveitar as sinergias que as duas Ordens podem desenvolver em benefício mútuo.

Portugal ocupa uma posição única na comunidade jurídica de língua portuguesa.

Temos uma História partilhada.

Uma tradição jurídica comum.

E uma responsabilidade acrescida na promoção da cooperação entre os países lusófonos.

Temos hoje a honra de contar, nesta celebração do Centenário, com três representantes de países lusófonos, para os quais peço, mais uma vez, uma salva de palmas.

Temos a responsabilidade de reforçar esta cooperação.

A defesa da Justiça, dos direitos humanos e da democracia constitui hoje um desafio global.

As Ordens dos Advogados dos países de língua oficial portuguesa enfrentam dificuldades na sua relação com o poder político e na afirmação da sua independência.

Nós podemos, e devemos, apoiá-las através da cooperação e da diplomacia institucional.

Este é apenas um dos caminhos que já começámos a percorrer.

Ainda temos muito para andar.

E muito para fazer.

Temos de continuar a construir pontes e consensos com todos, sem exclusões.

Com todos os partidos políticos.

Com todo e qualquer Governo com o qual tenhamos de trabalhar, independentemente da sua orientação política.

Porque a Ordem dos Advogados não tem cor política.

Quando muito, o Bastonário terá uma cor futebolística.

Há cem anos, um grupo de Advogados corajosos decidiu que a nossa profissão precisava de uma casa comum.

E essa casa faz hoje cem anos.

É um enorme orgulho para mim ter assistido, ao longo de uma sessão um pouco fora da caixa, a esta Aula Magna cheia.

Este espaço tem um significado muito especial para mim, porque fui aluno desta Universidade.

É uma honra poder ser o Bastonário do Centenário.

E é uma honra ver tantos Advogados aderirem a uma iniciativa da Ordem, tal como já tinha acontecido em Matosinhos, onde também tivemos uma extraordinária participação.

Permitam-me, para terminar, uma nota pessoal.

Entrei nesta profissão há quase trinta anos.

Desde então, mudaram as leis.

Mudaram os tribunais.

Mudaram as ferramentas.

Mas não mudou o essencial.

O momento em que alguém nos confia aquilo que tem de mais precioso e espera de nós conhecimento, coragem e lealdade.

É esse momento que todos protegemos enquanto Advogados.

E é esse momento que a Ordem dos Advogados, enquanto Casa da Advocacia, protege há cem anos.

Tivemos sucessivas gerações de pessoas que conseguiram afirmar a Ordem dos Advogados como uma das instituições mais relevantes de Portugal.

Isso só foi possível porque houve liderança.

Visão.

Serviço.

Dedicação.

Quero pedir uma salva de palmas para os três antigos Bastonários que ainda se encontram aqui presentes:

Dr. Rogério Alves,
Dr. António Marinho e Pinto,
Dr. Guilherme Figueiredo.

Muito obrigado pela vossa dedicação e pela vossa visão.

Tivemos Bastonários diferentes.

Tivemos órgãos nacionais e regionais diferentes.

Tivemos dirigentes de Delegações e Advogados desconhecidos do grande público que contribuíram para engrandecer esta profissão tão bela.

Para mim — e sem querer parafrasear ninguém —, a mais bela profissão do mundo.

Mas tudo aquilo que este Conselho Geral tem feito só tem sido possível porque contamos com os melhores trabalhadores que poderíamos ter.

Quero agradecer publicamente a todos os trabalhadores da Ordem dos Advogados que nos permitiram realizar este magnífico evento.

A todos os que têm acompanhado o Bastonário em algumas das suas loucuras por esse País fora, sem regatear esforços e estando sempre presentes.

Preparando tudo, mas mesmo tudo, para que nada falhe em qualquer evento.

Seja em Trás-os-Montes ou em Lisboa.

No Algarve ou nas ilhas.

Ao longo deste ano, temos celebrado o Centenário da Ordem em todo o País.

E continuaremos a fazê-lo.

Ainda existe muito trabalho pela frente e o final do ano continua distante.

Quero apenas sublinhar que, no último trimestre, teremos a grande exposição do Centenário na Biblioteca Nacional.

Estão todos, desde já, convidados.

A sua abertura será anunciada muito em breve.

A melhor forma de honrar a nossa História é estar à altura dela.

Essa é a responsabilidade que hoje assumimos.

Quando, daqui a cem anos, outros Advogados celebrarem o Bicentenário da Ordem, não nos julgarão pelas dificuldades que enfrentámos.

Julgar-nos-ão pelas respostas que fomos capazes de construir.

Julgar-nos-ão pela coragem que demonstrámos.

Julgar-nos-ão pela nossa capacidade de preservar a liberdade, proteger a Justiça e fortalecer a democracia.

É esta a nossa missão.

Foi esta a missão daqueles que nos antecederam.

E continuará a ser a missão daqueles que nos sucederem.

Permitam-me que termine invocando as palavras de um dos meus antecessores.

Quando a Ordem dos Advogados celebrou os seus primeiros 25 anos, escreveu o Bastonário Adelino da Palma Carlos:

«Nos vinte e cinco anos da sua existência, a Ordem tem procurado, com afã não desmentido, impor-se à consideração geral pela dignidade das suas atitudes, pelo aprumo da sua conduta, pela defesa intransigente dos direitos da profissão que representa, pela sua obra de cultura, de assistência e de preparação dos novos que até nós chegaram com todos os entusiasmos e todas as ilusões da juventude.»

E evocou a flor de lótus, que, no dizer admirável de Junqueiro, floresce apenas uma vez em cada cem anos.

A imagem não poderia representar melhor o dia de hoje.

O lótus nasce em águas turvas e lodosas, mas eleva-se e abre as suas pétalas limpas e luminosas.

Da mesma forma, a Justiça e os direitos humanos emergem dos contextos mais adversos e florescem através da superação da violência, da discriminação e da injustiça.

Um século de História prova-nos que é sempre possível transformar a opressão e o sofrimento em força, em direitos e em garantias fundamentais.

E continuaremos, seguramente, por mais um século, a ser os guardiões desse florescimento.

Que os próximos cem anos sejam dignos dos cem anos que hoje celebramos.

Muito obrigado.

Muito obrigado a todos.

Contamos convosco.